



**As trajetórias afrodiaspóricas na reterritorialização  
afro-brasileira e suas memórias de resistência negra  
no século XX**

**Jucilane de Sousa Carlos**  
Instituto Federal do Maranhão - IFMA

**Luís Fernando da Silva Laroque**  
Universidade Vale do Taquari - UNIVATES

**RESUMO**

Na trajetória afrodiaspórica afro-brasileira a assunção identitária e a apropriação do espaço configuram diferentes territorializações. Este artigo tem por objetivo identificar nos contextos socioambientais a reterritorialização a partir da ancestralidade afro-brasileira no povoado Mata Fome, Bacabal (MA). Associa-se o nome do povoado ao nome de uma fruta local e à sua geografia, composta pelo Rio Bambu, o lago do Mata Fome e igarapé, relacionando sua identidade com a *terra para se viver, trabalhar e comer*. Na metodologia, usamos a pesquisa etnográfica através de incursões ao povoado, registros em diários de campo e a realização de entrevistas, além da revisão bibliográfica sobre a temática; este conjunto de procedimentos possibilitou a recomposição de memórias dos sujeitos pesquisados por entre fios e rastros. Foi verificado que as relações entre afro-brasileiros com sujeitos externos ao grupamento fragmentaram o acesso e a permanência no território, modificaram as relações comunitárias e familiares, além da insistência do apagamento da identidade afro-brasileira. Consideramos que o autorreconhecimento coletivo e individual é intrínseco à apropriação e permanência no território, derivando na reparação histórica e na equiparação social.

**Palavras-chave:** Ancestralidade; Afro-brasileiro; Reterritorialização; Bacabal; Socioambiental.

**Afrodiasporic trajectories in Afro-Brazilian reterritorialization  
and their memories of black resistance in the twentieth century**

**ABSTRACT**

In the Afro-diasporic Afro-Brazilian trajectory, the assumption of identity and the appropriation of space configure different territorializations. This article aims to identify in socio-environmental contexts the reterritorialization based on Afro-Brazilian ancestry in the Mata Fome village, Bacabal (MA). The name of the village is associated with the name of a local fruit and its geography, composed of the Bambu River, the Mata Fome lake and the stream, relating its identity to the land to live, work and eat. In the methodology, we used ethnographic research through incursions to the village, records in field diaries and interviews, in addition to the bibliographic review on the subject; This set of procedures enabled the recomposition of the memories of the subjects researched through threads and traces. It was found that the relations between Afro-Brazilians and subjects outside the group fragmented access and permanence in the territory, modified community and family relations, in addition to the insistence on the erasure of Afro-Brazilian identity. We consider that collective and individual self-recognition is intrinsic to the appropriation and permanence in the territory, resulting in historical reparation and social equality.



**Keywords:** Ancestry; Afro-Brazilian; Reterritorialization; Bacabal; Socio-environmental.

## **Trayectorias afrodiaspóricas en la reterritorialización afrobrasileña y sus memorias de resistência negra en el siglo XX**

### **RESUMEN**

En la trayectoria afrodiaspórica afrobrasileña, la asunción de identidad y la apropiación del espacio configuran diferentes territorializaciones. Este artículo tiene como objetivo identificar en contextos socioambientales la reterritorialización basada en la ascendencia afrobrasileña en la aldea Mata Fome, Bacabal (MA). El nombre del pueblo se asocia al nombre de una fruta local y a su geografía, compuesta por el río Bambu, el lago Mata Fome y el arroyo, relacionando su identidad con la tierra para vivir, trabajar y comer. En la metodología, se utilizó la investigación etnográfica a través de incursiones al pueblo, registros en diarios de campo y entrevistas, además de la revisión bibliográfica sobre el tema; Este conjunto de procedimientos permitió la recomposición de las memorias de los sujetos investigados a través de hilos y huellas. Se constató que las relaciones entre los afrobrasileños y los sujetos ajenos al grupo fragmentaron el acceso y la permanencia en el territorio, modificaron las relaciones comunitarias y familiares, además de la insistencia en la eliminación de la identidad afrobrasileña. Consideramos que el auto-reconocimiento colectivo e individual es intrínseco a la apropiación y permanencia en el territorio, resultando en la reparación histórica y la igualdad social.

**Palabras clave:** Ascendencia; afrobrasileño; Reterritorialización; Bacabal; Socio-ambiental.

### **INTRODUÇÃO**

Essa pesquisa analisou na trajetória afrodiaspórica a reterritorialização da ancestralidade afro-brasileira representada no povoado Mata Fome, situado na área rural do município de Bacabal, no estado maranhense. O estudo se estendeu na investigação do contexto socioambiental, nos moldes de apropriação do espaço e resistência para a permanência, assim como a interferência do racismo estrutural nas relações comunitárias e familiares.

A constituição da problematização perpassou pelo cruzamento da análise contextual que incide sobre a população afro-brasileira do povoado com o município. O conteúdo da expressão *afro-brasileira* perpassa com o movimento negro durante as militâncias no século XX, tornando-se a “referência de identidade dos negros brasileiros” (DOMINGUES, 2007, p.116). A alusão à população negra quando são utilizados dados demográficos, compreende as categorias *preto e pardo*. Daí foi verificado no censo 2022, o quantitativo de pessoas autodeclaradas pretas e pardas em Bacabal, sendo o equivalente a 80.946 pessoas, número subtraído do universo municipal com 103.711 habitantes (IBGE, 2023).

O percentual de 78% de bacabalenses corresponde a pessoas pretas e pardas, cuja ancestralidade é diluída no tempo, espaço e nas relações. As suas memórias são minimizadas e até mesmo mantidas na invisibilidade, assim como as suas identidades, individuais e coletivas, fragilizando o devido alcance no autorreconhecimento, na territorialização e na composição da cultura municipal. Essas ponderações enveredam nas construções dos conceitos de raça, mestiçagem e identidade negra no Brasil, uma vez que sua semântica é política e ideológica.



Daí, por exemplo, compreendermos as dificuldades para “construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora” (MUNANGA, 1999, p.51).

Desde a militância negra entre 1889 e 2000, ocorre estrategicamente a inclusão social do negro (DOMINGUES, 2007). Na busca por reconhecimento do Estado e da sociedade civil quanto aos seus direitos territoriais, é necessário compreender a categoria *quilombo* com seus significados históricos, políticos, sociais, entre outros. Esse panorama enfatiza que “a construção de uma identidade originária dos quilombos torna-se uma referência atualizada em diferentes situações etnográficas nas quais os grupos se mobilizam e orientam suas ações pela aplicação do artigo 68 do ADCT” (O’DWYER, 2007, p. 2007).

É pertinente mencionar que no recenseamento da população nacional, os indicativos sobre a localização da população negra mostram que, em comparação ao total nacional, o estado maranhense apresenta o segundo maior percentual. Desse número, 6.775.152 habitantes, 19.316 se declaram de cor preta, mas a predominância é a cor parda com 61.630 pessoas, representando 59,42% da população estadual. Do contingente em questão, subtrai-se 2.926 pessoas que se reconhecem enquanto quilombolas (IBGE, 2023). Em Bacabal, há na área rural cinco comunidades quilombolas que buscaram sua regularização fundiária nos termos do art. 68 da ADCT/CF, sendo: São Sebastião dos Pretos e Campo Redondo, possuem o Título de Reconhecimento de Domínio emitido pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA; enquanto que em Piratininga, Guaraciaba e Catucá o processo está tramitando no Instituto de Colonização e Terras – INCRA (INCRA, 2024; CPISP, 2027).

O povoado Mata Fome é um entre os demais espaços em que afro-brasileiros, cuja ancestralidade é afrodiáspórica, divide o território com outros grupamentos. Aqui estão descendentes dos deslocamentos majoritariamente de cearenses e piauienses, acrescido ao fato de latifúndios que se formaram no transcorrer do último século. Entre esses grupos, há embates derivados por cada subjetividade para significar o território, as possibilidades de acesso e permanência. Assim, estipula-se que a reterritorialização afro-brasileira lida com a emblemática e histórica necessidade de reparação.

Como metodologia recorreu-se às incursões etnográficas, nos instrumentalizamos para registros em diários de campo e a realização de entrevistas. A relação com o povoado foi estabelecida a partir da mediação de um quilombola da Comunidade Quilombola São Sebastião dos Pretos. A convivência com o povoado durante o ano de 2023 permitiu que as visitas e conversas indicassem as portas que se abriram como um grande livro, expondo variadas histórias de vida.

As incursões etnográficas foram inauguradas por uma roda de conversa com os moradores e as moradoras sobre a memória afro-brasileira em Bacabal. Explicamos a dinâmica da pesquisa e sua dimensão relacionada à pesquisa em desenvolvimento no curso de doutorado, que trata da sociodiversidade afrodiáspórica em bacia hidrográfica, com recorte para a territorialidade quilombola Campo Redondo na bacia hidrográfica do rio Mearim.

Esse momento incluiu a participação de um quilombola da Comunidade Quilombola São Sebastião dos Pretos. A sua fala trouxe relatos sobre seu autorreconhecimento étnico-racial de ascendência africana, a reterritorialização coletiva e individual, bem como as experiências na militância para reparação social do seu quilombo, juntamente com seus *companheiros* e



*companheiras*. Essa é uma referência que o quilombola faz aos moradores e moradoras da área rural que lidam com a falta de acesso e permanência no território, bem como aos sujeitos externos que se envolvem nessa *luta*. A prática das incursões etnográficas, ainda que estivessem planejadas conforme objetiva a pesquisa, criou seu próprio esquema na interação com o espaço e com as pessoas. Assim, acompanhamos ocasiões de expressão cultural, conhecemos saberes, formas próprias de organização, as mudanças de fronteiras, mobilidades e sociodiversidade.

Na semiótica, a interpretação dos significados explica as expressões sociais e culturais. Elas viabilizam etnograficamente e fomentam o conhecimento a partir da *análise antropológica*. Portanto, “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 2008, p.4). Na etnografia, as “pesquisas de história oral, que utilizam entrevistas, sobretudo entrevistas de história de vida, é óbvio que o que se recolhe são memórias individuais, ou, se for o caso de entrevistas de grupo, memórias mais coletivas” (POLLAK, 1992, p. 1).

As fontes, orais enquanto documentos, são construções que visam elucidar questionamentos em torno de hipóteses pretensamente estabelecidas. Assim, as entrevistas são recursos do pesquisador, e dentro dessa amálgama, saber ouvir fundamenta as fontes orais através da “memória, narrativa, subjetividade e diálogo” (PORTELLI, 2016, p. 10). As fontes, como numa colcha de retalhos em que cada retalho é único e, no todo, é complexo, recebem arremates conforme as relações do pesquisador e da pesquisadora com o campo e com os entrevistados e as entrevistadas. Buscamos os elementos do documento oral, a partir da História Oral:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2015, p.15).

No escopo das entrevistas, o roteiro prévio direcionou as perguntas. Optamos pelo diálogo informal para adentrar nas temáticas como: os deslocamentos, o conhecimento antecipado da área, a identidade ancestral, as relações sociais, a subsistência, a cultura, os laços de parentesco e as estratégias ancestrais nos usos e desusos do meio ambiente, além de outras que emergem dos interlocutores e das interlocutoras. A flexibilidade desses momentos envolveu os entrevistados e, por serem membros da categoria de sujeito histórico, suas sensibilidades trouxeram outras temáticas.

Os lugares de realização da pesquisa foram escolhidos por cada pessoa entrevistada. Estenderam-se da cozinha à sala de estar, do terreiro por entre as sombras das plantas ao barracão da quebra do coco babaçu. Também incluíram o festejo religioso de religião de matriz africana e o lago do Mata Fome, que recebe o festival do peixe. Durante as caminhadas no povoado, foi apresentando o cotidiano, entre referências à ancestralidade e às circunstâncias do



tempo presente. Os lugares de entrevista integram as falas, e os entrevistados e as entrevistadas se reconhecem na temática da pesquisa.

As entrevistas em grupo geram debates, lágrimas e informações que completam as lembranças. Já nas entrevistas individuais, foi verificada maior espontaneidade; por vezes, os espaços de fala foram usados para compartilhar assuntos de áreas distintas da pesquisa, mas emocionalmente importantes naquele momento para a pessoa entrevistada.

As entrevistas disparam gatilhos emocionais. Mesmo com a habilidade em estabelecer vínculos éticos e afetivos, por vezes é a pessoa entrevistada que direciona o roteiro. Uma peculiaridade ocorreu nas entrevistas com a Família Pinto: durante uma entrevista, chegaram dois primos, uma visita para um reencontro com mais de 40 anos. Aqui, a nossa investigação ficaria para outro momento, pois o saudosismo tornou-se o tom das conversas. No entanto, esse foi exatamente o espaço para compartilharmos os motivos da nossa presença na casa. Registrar o reencontro com fotos nos espaços da casa e do povoado, que marcadamente constituíram o diálogo que testemunhamos, assim como enviar essas fotos posteriormente, foram situações que estabeleceram laços de cumplicidade. A prima que reside em Macapá há 38 anos passou a compor o quadro de pessoas entrevistadas.

Essas circunstâncias que envolvem as entrevistas em História Oral são elementos que organizam o quadro de pessoas a serem entrevistadas e, por vezes, durante as entrevistas, as lembranças que constroem o pertencimento desencadeiam pausas, afastam a continuidade da entrevista ou até mesmo impõem rejeições. “Ui, a senhora está mexendo com muita coisa” E2. A delimitação é feita com base nos moradores e nas moradoras descendentes da ancestralidade afrodiáspórica que se territorializaram no povoado.

A composição desse texto traz as entrevistas de duas mulheres: uma com 67 anos identificada por *Entrevistada um – E1* e a outra com 38 anos de idade, *Entrevistada dois – E2*. Ambas caracterizam a diversidade de elementos sobre os objetivos pretendidos. Trabalhamos com agendamento prévio e essas mulheres escolheram data, local e horário. A realização, em sua totalidade é acompanhada por membros da família. Explicamos e assinamos o *termo de consentimento livre e esclarecido* juntamente com a pessoa entrevistada.

Na composição do diário de campo, relacionamos as atividades das incursões etnográficas e as observações feitas durante as entrevistas. É um recurso que permite rever o itinerário da pesquisa, estabelecer possibilidades, além da permanente reflexão sobre o paradoxo que envolve ser pesquisadora fora do contexto pretendido na investigação. Já a revisão bibliográfica (MOREIRA, 2004; MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010) auxilia na organização da temática. Ela direciona a literatura consultada para pesquisas postuladas, fomenta a coesão da linguagem escrita com a identidade da área de estudo e, perpassa no diálogo com as demais fontes.

## **ENTRE A ASSUNÇÃO DA IDENTIDADE E A TERRITORIALIDADE NEGRA**

Há variadas contextualizações no alcance afrodiáspórico, “do ponto de vista político, sócio-econômico e geográfico não é possível conceber uma unidade entre todos os negros do mundo, histórica e psicologicamente ela pode ser estabelecida” (MUNANGA, 1988, p. 25). Das concepções para o autorreconhecimento de ancestralidade afrodiáspórica, despojam os



elementos construídos pejorativamente para a *condição de negro* e apontam para a identidade que assume o *orgulho para o negro*. “A solidariedade é o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los e a preservar nossa identidade comum” (MUNANGA, 1988, p. 25). Os estudos afrodiaspóricos da identidade afro-brasileira são instrumentalizados pelos recursos da memória.

No caso da sociedade afro-brasileira, como de qualquer outra, a memória é construída de um lado pelos acontecimentos, personagens; e lugares vividos por este segmento da sociedade, e de outro lado pelos acontecimentos, personagens; e lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes à história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum (por exemplo, passado cultural africano, passado enquanto escravo). O sentimento de pertencer à determinada coletividade está baseado na apropriação individual desses dois tipos de memórias, que passam, então, a fazer parte do imaginário pessoal e coletivo (MUNANGA, 1988, p. 25).

A subalternização afro-brasileira imposta pelas políticas de branqueamento e o racismo estrutural, são ventos que sopraram a partir das gerações que legislavam sobre o fim do sistema de escravização. A identidade nacional deu continuidade à invisibilidade negra diante dos discursos da pacífica miscigenação social, quando, outrossim, “o aparelho de dominação procuraria manter os estratos e classes oprimidas no seu devido espaço social” (MOURA, 1988, p. 55). O estado tornou-se o *bom senhor* na *democracia racial*; a aculturação dos símbolos e das relações de *escravização* estavam representadas na *mão-de-obra livre*. “Já não se procura mais a destruição pura e simples dos pólos de resistência como se fazia com o quilombo, mas cria-se, em cima desta situação conflitante, a filosofia da assimilação e da aculturação, de um lado, e do embranquecimento, do outro” (MOURA, 1988, p. 56).

A assunção da identidade negra é representada no alcance da militância afro-brasileira no século XX. Nas múltiplas faces emergiram jornais, associações, clubes, partidos políticos e outros veículos sociais que tratavam da reparação histórica, inclusão social e superação do racismo. A continuidade dessas ações espelha a identidade coletiva que a militância constitui, assim “se consideram como movimento negro todos os movimentos que organizem em qualquer tempo e aspecto sob qualquer rubrica descendentes de africanos no Brasil (DOMINGUES, 2007, p. 102).

Dentre as conquistas da negritude, o texto da Constituição Federal de 1988, no seu Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), passou a legitimar o reconhecimento e a posse definitiva do território para comunidades quilombolas. Mas o texto deixou uma problemática social com a aplicação da categoria “quilombo”, o motivo para debates quanto a sua ambiguidade.

A crítica à apropriação de um termo histórico, pensado a partir de conceituações do tempo colonial e/ou imperial, para caracterizar novos sujeitos de direito na atualidade, surgiu logo após a promulgação da CF/88, quando se tornou perceptível a dificuldade de englobar, nos termos expressos no artigo, diversas possibilidades de situações sociais, como base na reminiscência e na permanência de caracteres do termo histórico (ARAÚJO, 2019, p. 23).



No estado do Maranhão, o Projeto Vida de Negro-PVN, iniciado na segunda metade da década de 1980 e durando dezessete anos, buscou conhecer os “povoados rurais que se autodenominavam “terras de preto” (2005, p.11, grifo do autor). As pesquisas possibilitaram o autorreconhecimento entre os envolvidos e desenharam um panorama das populações visitadas, criando “várias referências de vida e organização dos negros e negras das “terras de preto”, comunidades negras rurais, quilombos, etc” (PVN, 2005, p.12, grifo do autor). As pesquisas foram continuadas por diferentes instituições e com diversas temáticas, sendo o Quilombo Frechal, uma reserva extrativista reconhecida pelo Decreto nº 536, 20 de maio de 1992, uma das experiências de militância por regularização da área ocupada por mais de duzentos anos e representações da “luta da comunidade de remanescentes de escravos” (MALIGHETTI, 2007, p. 16). A militância do Quilombo Frechal se espalhou pelo estado estabelecendo para outros grupamentos negros rurais as estratégias para o reconhecimento e regularização legal da área.

Na sociedade civil e nos órgãos do poder público o debate e as decisões que recaem sobre a população afro-brasileira, em quase sua totalidade, deliberadamente e estrategicamente são elaborados com a sua ausência, ou o poder da sua participação é mitigado. Das constantes mobilizações que estes estruturam politicamente é que conhecemos seus diferentes contextos de equiparação e as pautas existentes de reparação. Esse conjunto de elementos que dificultam o acesso e permanência no território, relacionam o conteúdo e a elaboração dos significados para que “as territorialidades específicas se constituam em meios que permitem a grupos marginalizados justificarem suas propriedades, baseados na memória coletiva que apontam para várias formas de aquisição dos territórios por eles ocupados” (JÚNIOR, 2012, p.20).

### **Construções territoriais em espaços entre os rios Mearim e Ipixuna**

O município bacabalense carrega esse nome em alusão a uma árvore presente na sua vegetação, bacabeira *Oenocarpus bacaba Mart.*, uma palmeira nativa da Amazônia e dispersa pela região norte (MENDES, LIMA, CORRÊA, NATALE, 2018). A relação do estado maranhense com a região amazônica vem do contexto colonial português. A partir de 1621, o estado do Maranhão se estendeu do atual estado do Ceará até a região da Amazônia (FILHO, 2016). O município está na área da Bacia Hidrográfica do Mearim, a maior do estado. Na época colonial, a fisiografia do rio Mearim o classificava em Alto e Baixo. As primeiras freguesias no Alto Mearim foram Caxias, Codó, Coroatá e São Luís Gonzaga.

A colonização do estado por portugueses e franceses entre os séculos XVII e XIX encontraram nos rios Mearim e Pindaré os principais eixos de povoamento, onde foram fundados importantes povoados como Cajari, Pindaré-Mirim, e Santa Inês, às margens do rio Pindaré, e; Vitória do Mearim, Bacabal e Barra do Corda, ao longo do rio Mearim. A bacia hidrográfica do Mearim é genuinamente maranhense, abrange os biomas Amazônico e Cerrado, tendo dessa forma, uma ampla composição de ecossistemas. Apresenta, também, como importante característica a grande disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas. (PORTO, MOTTA, SOUZA, 2019, p, 29).



A bacia hidrográfica tem caráter integrador e sistêmico. A formação populacional do seu entorno corresponde a 83 municípios, dentre eles São Luís Gonzaga do Maranhão, que descende da freguesia San Luís Gonzaga (MARANHÃO, 2011). O Rio Mearim percorre cerca de 930 km no estado maranhense. Foi o “principal rio da província” devido ao espaço que percorre e à elevada quantidade de água, promoveu o deslocamento de produtos para a capital, motivos que atraíram o povoamento colonial (MARQUES, 1870).

No Alto do Rio Mearim, o Rio Mearim e o Rio Ipixuna, banharam a freguesia San Luís Gonzaga, uma extensão territorial aproximadamente de 18.000km<sup>2</sup>. Essa área é caracterizada por diferentes identificações e limites, dos quais podemos observar no termo Payós, “tipo de uma construção, sempre na beira do rio, edificada em tora de madeira e coberta de palha babaçu” (BONFIM, 2015. p. 11). Foi em 29 de agosto de 1844 que ocorreu o reconhecimento de freguesia como Distrito de São Luís Gonzaga do Alto Mearim e em 1854 passou para a categoria Vila, com desmembramento da cidade de Itapecuru Mirim. Por volta de 1853, os registros contabilizaram mais de 600 fazendas que envolviam latifúndios colonizadores, aldeamento de povos originários, africanos e seus descendentes. Essas categorias ainda são empregadas genericamente, porque os estudos dessa diversidade histórica são limitados pela própria estratégia colonial.

Em 1889, quando as mudanças nas subdivisões políticas e administrativas do Estado brasileiro começaram a fazer efeito sobre o então município de São Luís Gonzaga do Maranhão, o seu território foi dividido para formar outros municípios. Essa pesquisa, ao fazer referência ao território que fora identificado por freguesia San Luiz Gonzaga refere-se à temporalidade que durou aproximadamente mais de 50 anos, e a sua espacialidade correspondeu aos atuais municípios desmembrados, sendo: Bacabal, Bernardo do Mearim, Bom Lugar, Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lima Campos, Olho d’Água das Cunhãs, Pedreiras, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Mateus do Maranhão, Trizidela do Vale e Vitorino Freire. Em 1920 os limites municipais para Bacabal se estenderam delimitando as áreas urbana e rural, e o povoado Mata Fome ficou inserido na área rural. No município a área é drenada pelo Rio Mearim, Rio Ipixuna, os igarapés Grande e Limão (BRASIL, 2011).

### **Povoado Mata Fome: entre ancestralidade afrodiaspórica e reterritorialização afro-brasileira**

A reterritorialização afro-brasileira é complexa e dinâmica. Foi no século XX que se observou o rompimento da rigidez epistêmica sobre o reconhecimento da sua diversidade, pois, com o pan-africanismo, elementos antes subalternizados foram problematizados. Os estudos, (SANTOS, 2008), afrodiaspóricos e ancestrais passaram a legitimar as dimensões da apropriação e a permanência no território enquanto “garantia da condição necessária para a existência da comunidade étnica” (ISOLD, 2010, p. 62).

Os símbolos verificáveis na reterritorialização são construídos a partir da política, cultura, economia e “a noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza” (HAESBAERT, 2004, p. 40). Essa é a *leitura integradora*, que é viabilizada nas “relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 78). Daí o “território” enquanto processual e contínuo, incorporar os aspectos, *funcional e simbólico*, nele,



“mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo” (HAESBAERT, 1994, p. 214).

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2005, p. 6776, grifo do autor).

Da freguesia San Luís Gonzaga para o povoado Mata Fome, a multiterritorialidade segue com os deslocamentos, assim a população descende de diferentes identidades que afluíram da região do Rio Pindaré, das cidades maranhenses Caxias, São Luís e Barra do Corda, e dos estados cearense e piauiense. A apropriação desse território se espalhou nos povoados vizinhos, Bambu Velho, Bambu Novo, Centro dos Lemes, Centro da Damiana e São João. O povoado São João atingiu o destaque de “povoado central” devido ao comércio praticado entre os demais povoados.

Na composição holística do comportamento humano é desconstruída a ideia sobre o *desaparecimento dos territórios* e envereda-se nos constructos dos “processos de (re)territorialização”. Assim, a “territorialização e os vários territórios corresponderiam com os efeitos da multiterritorialidade”,

[...] a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 344, grifo do autor).

Na reterritorialização afro-brasileira se estende o pertencimento diaspórico, considerando que “os africanos na diáspora buscaram a criatividade e a organização, seja pela resistência direta ou mais acomodada, mantendo a cultura que tem em si muito da origem” (SANTOS, 2008, p. 191). Nos estudos, esses deslocamentos voluntários ou forçados, as práticas se entrelaçaram com o meio ambiente.

De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram – construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas –, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social (PÁDUA, 2010, p. 83).

Os comportamentos sociais sobre a natureza revelam cognitivamente a diversidade das identidades, conseqüentemente, a história humana é intrínseca à história ambiental. É assim que



foi constituída a representação em volta do nome do povoado Mata Fome, uma só identidade entre dois elementos. Na primeira temos o nome da fruta *acácia obliquifolia*, popularmente conhecida por mata-fome, encontrada na vegetação com bastante frequência. Já a segunda representação reconhece no local a oportunidade de subsistência com agricultura, pecuária, caça, pesca, extrativismo e outros. A *fartura* era privilegiada com a composição da área que integra a bacia hidrográfica do Rio Mearim, composta pelo lago do Mata Fome, o Rio Bambu e a formação de Igarapé.

No povoado Mata Fome o extrativismo possibilitou a construção de casas e barracas, alimentação, tratamento de doenças, a produção de utensílios e a geração de renda. Um exemplo são os produtos derivados da palmeira do coco babaçu: a casca do coco é transformada em carvão; da amêndoa é feito óleo, azeite e leite; do óleo é feito sabão; o tronco e o talo são usados na estrutura de edificações; a palha pode ser usada na cobertura das edificações e trançada para formar cofo, esteira, chapéu e cestos; a esteira era usada como porta, janela e cama.

A ancestralidade trata sobre todas as pessoas negras no mundo (MUNANGA, 1988). Nas suas memórias estão os significados das suas práticas, uma representação das suas identidades étnicas, “o mundo construído no processo da diáspora africana favoreceu o desenvolvimento e o fortalecimento de melhores condições para criticar o eurocentrismo vigente desde o seu centro” (SANTOS, 2008, p. 186).

No campo da Geografia, a *diáspora* é definida como a “dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas” (ANJOS, 2011, p. 263). As décadas de ausência de latifundiários atraíram mais pessoas que se deslocavam para o povoado Mata Fome e a importância dessa ausência é sentida nas expressões, *aqui não era terra de dono*, e por isso *vamos para o Mata Fome*. A família Pinto guarda a memória do deslocamento afro-brasileiro da região do Rio Pindaré e Caxias. O contexto é definido por conflitos de terra com latifundiários, violência física e relações de exploração da força do trabalho. Esses fatores foram identificados pelos descendentes como *escravidão* e reconhecidos pelos ancestrais entre a diferença da *vida de preto* e a *vida de branco*. Esses deslocamentos remontam às duas primeiras décadas do século XX e a reterritorialização no povoado Mata Fome. Outros deslocamentos ocorreram nos anos seguintes e são originados de outras localizações. Por vezes, as memórias se misturam com as relações familiares e comunitárias, e com pessoas de fora da identidade afro-brasileira, de onde procederam conflitos. A entrevistada um relaciona os conflitos de terra que seu tataravô e tataravó vivenciaram em Pindaré,

**E1:** *naquele tempo matava, para a mulher ficar viúva e vender barato e sair com os filhos de lá.*

O tataravô foi assassinado, a tataravó faleceu em decorrência da tristeza dos acontecimentos, as filhas e os filhos do casal deslocaram-se para regiões diferentes. Uma dessas filhas, Maria, e por sua vez a bisavó da entrevistada um, mulher negra, além do luto duplo e fugindo de conflitos por terra, também foi vítima de violência sexual, ficando grávida. O encontro com o cearense Francisco Pinto, que veio a ser seu esposo, ocorreu no grupo que se deslocou para o povoado Mata Fome. É nesse contexto de deslocamento que começa a família



Pinto neste povoado. A decisão de vir para o povoado Mata Fome baseou-se em informações recebidas do povoado Centro dos Lemes, aqui era

**E1:** *terra livre e boa, devido ao Igarapé. A quantidade de terra era suficiente para fazer o cafezal, o canavial, pra fazer tudo e dava para formar uma comunidade.*

O casal já encontrou sua área demarcada e a construção dessas memórias atravessaram aproximadamente seis décadas. É com essa demarcação de tempo e espaço que a entrevistada rememorou sua ancestralidade entre lágrimas, sorrisos, olhar distante e por vezes, com tom de voz enfatizando o sentimento de injustiça nas relações sociais com afro-brasileiros, motivos esses para algumas pausas nas entrevistas. Ela é a quarta geração após o deslocamento. Foi no ambiente doméstico da família, na relação entre três gerações, - neta com 13 anos, a bisavó Maria Pinto e a avó Raimunda Pinto Neto -, que as memórias foram criadas. O povoado Mata Fome foi um lar em todos os ângulos; aqui, a vida afro-brasileira foi alimentada pelo tom da terra livre. O avô e a avó paternos deslocaram-se do estado piauiense.

Nos estudos da memória com a História Oral, vinculam-se às interpretações sobre o *grupal, cultural, social ou coletivo* como resultado “as experiências de cada um são autênticas e se relacionam às demais por meio da construção de uma identidade comum” (HOLANDA; MEIHY, 2015, p. 27). Identidade e memória se envolvem por sua subjetividade, com significados próprios para “gestos, lágrimas, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p.14).

Na memória afro-brasileira, a *identidade política* é “um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica” (MUNANGA, 1990, p. 113). Na sua composição ainda há exclusões históricas, psicológicas, culturais, políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Quando analisamos as predileções da memória, as lembranças individuais e as interferências coletivas entrecruzam, resultando em interpretações ecléticas. Daí vemos que na,

Complexidade de nossos sentimentos e de nossas preferências não são mais que a expressão dos acasos que nos colocaram em relação com grupos diversos ou opostos, e que a parte que representamos em cada modo de ver está determinada pela intensidade desigual das influências que estes têm, separadamente, exercido sobre nós (HALBWACHS, 1968, p.47).

Na composição coletiva da memória os acontecimentos são confrontados entre lembranças e esquecimentos, se desprendendo da sua totalidade. A memória consegue estabelecer “uma visão em ponto pequeno do passado, apanhando num instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas” (HALBWACHS, 1968, p.86). A memória vista enquanto “fenômeno coletivo e social” aponta para um campo em que cada sujeito tem as suas peculiaridades dentro desse jogo com mecanismos de solidificação, flexibilidade, seleção e valorização.



Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante (POLLAK, 1992, p. 2).

As identidades étnicas afrodiaspóricas partem da “relação dialética entre as definições exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição” (BARTH, 1998, p.142). No povoado Mata Fome as técnicas que se reconhecem ancestrais destacam, por exemplo, o fumaço, onde plantava-se a melancia dentro da plantação de fumo, e daqui conseguiram as melhores safras de melancia, enquanto que as folhas de fumo abasteciam os cachimbos. A pescaria era com cofo, tarrafa e anzol. Para a entrevista um visitar o povoado após 40 anos possibilita as mais diversas comparações, uma delas representada na expressão *o igarapé está abaixo da linha*, reconhecendo as modificações ambientais com o menor volume de água. Já as práticas de usar o remédio caseiro permanecem no uso dos chás. Era do canavial que vinha a garapa para adoçar o café. A sustentabilidade perpassava por práticas diversificadas,

**E1:** *Tinha laranja, tinha limão, tinha abacate. Eles plantaram de tudo, a gente ia e nem via o sol, assim. Tinha pimenta do reino. Tudo tinha. Não comprava pimenta do reino, não comprava urucum. Ela não comprava nada, eles se ajeitavam, eles não saíam para lugar nenhum. Aí tinha a galinha, tinha o peru, tinha a guiné, que é o capote.*

Além do povoado Mata Fome, os povoados vizinhos viram a população aumentar com a dinâmica dos deslocamentos, e por sua vez, outras experiências se agregaram aos territórios, como os tropeiros. Essa prática de comércio itinerante tinha a prevalência da atuação de homens, havia flexibilidade no trajeto e na duração, eles se deslocavam em animais, jumentos e burros, transportando os mais variados produtos que eram comercializados nos povoados por onde passavam. Esses tropeiros geraram renda diretamente nos povoados quando se hospedavam, se alimentavam e compravam produtos. Indiretamente, também contribuíram quando moradores ingressaram no grupo.

O percurso dos tropeiros envolveu Vitorino Freire, Olho D'Água das Cunhãs e Santa Luzia do Tide, por exemplo. A Família Pinto comercializava com os tropeiros, o peixe salgado, galinha caipira, porco e arroz. Os povoados Bambu e Mata Fome eram espaços de descanso e comércio dos tropeiros, esse comércio era principalmente através de trocas de produtos.

**E1:** *minha avó chamava era de pensão, funcionava com tudo, apoio para eles dormir e acomodar os animais. A tropa são quatro animais, é um para montar e os outros três era carregado, dependendo do que eles iam carregando.*

No povoado a prática tornou-se uma tradição ressignificada como *cavalgada*, em que anualmente moradores, além de participantes de outros povoados, montados em cavalos se



divertem fazendo o percurso entre diferentes povoados. O grupo é acompanhado por carros de som e na ausência de animal para montaria, o percurso é feito sob moto.

Os quatro filhos do casal territorializados no povoado Mata Fome, motivados pelo casamento com pessoas dos povoados vizinhos deram continuidade aos deslocamentos. Nessas relações, a prática de substituir ou acrescentar o sobrenome do homem ao sobrenome da mulher, problematiza o mapeamento dos descendentes. Um exemplo disso é o sobrenome das entrevistadas, *Batista de Jesus* e *Silva de Almeida*. Esses deslocamentos partiram para o povoado Bambu, onde o sobrenome Batista tem descendência cearense. Identificamos ainda outras localizações, sendo nos municípios maranhenses, Olho D'Água das Cunhãs e Santa Inês, além do estado Amapá.

A entrevistada dois, também da Família Pinto e residente no Povoado Mata Fome, é a terceira geração que descendente de Mundico Pinto e Raimunda, mulher preta que se deslocou de Caxias. Uma história enlaçada por resistência e resiliência identificada com as memórias construídas no povoado. As exposições nos remetem do lago ao *pé de caju*, do monte ao cemitério, da árvore em que o fruto dá o nome ao povoado, ao ir e vir sem impedimentos das cercas dos latifúndios.

O primeiro casamento de Raimunda foi em Caxias, com Pedro, homem preto. Tiveram filhos, mas ele tinha por hábito ficar se deslocando dos lugares, até que certo dia saiu de casa, deixou a família e não voltou. Raimunda e os seis filhos saíram porque não tinham área para gerar renda o suficiente. Foi então que, a partir de um convite, vieram morar em Bacabal. A indicação do povoado Mata Fome atraiu sua atenção, porque era descrito como lugar que dava para morar e trabalhar, além de ser terra sem dono, assim, vieram e conseguiram se fixar no território.

Já Pedro, quando regressou para Caxias, por não encontrar a família, passou a procurá-la até chegar ao povoado Mata Fome. Aqui, respeitou o casamento de Raimunda e buscou proximidade com os filhos e netos. Ele continuou com o hábito de não se fixar em um local. Nos povoados que compreendem os municípios de Caxias e Bacabal, Pedro encontrou uma família em cada casa das pessoas que o acolheram, ele escolhia os lugares para morar onde haviam apenas pessoas pretas. Por vezes, ele permanecia meses ou anos, até mudar novamente. Desde a infância, as agressões físicas, psicológicas e materiais marcaram esse homem, este caracterizava as pessoas brancas como “falsas” porque estas “pisavam em negros”. Suas falas representam a insegurança social sob a pessoas pretas,

**E2:** *a gente passava o dia vigiando e a noite correndo.*

O conhecimento sobre suas histórias é devido ao convívio com a família no povoado Mata Fome e a fase em que adoeceu, ficando com dificuldades na organização de seus pensamentos, até seu falecimento aos 85 anos e sepultamento no cemitério local. As marcas do racismo foram vividas por sua mãe, pois,



**E2:** *Onde ela morava ela não poderia criar ele, seria tipo senzala. Negra, e ela apanhava muito, como ela pariu, e não era para ela parir, aí eles pegaram ele e jogaram fora. Aí ele foi criado assim, a vida inteira ele não tem paradeiro de família.*

Uma vida em que a condição de ser afro-brasileiro provocou intencionalmente sofrimentos entre as situações de ser órfão, dormir no mato, ser submetido a diversas formas de violência e fugir por medo. A resistência de Pedro é peculiar, um dos seus desejos era ter um sobrenome e documento. Ele mesmo foi ao cartório e, com os nomes que ele criou para pai e mãe, conseguiu se sentir representado. Já em posse do documento, conseguiu se aposentar. Por ser caçador, ele era conhecido por Pedro Mambira, nome de um animal.

Para adentrarmos no aspecto das relações comerciais e de trabalho, percebemos que a interpretação do conceito de etnicidade é elaborado na força do autorreconhecimento. No *plano individual*, “a identidade étnica se define simultaneamente pelo que é subjetivamente reivindicado e pelo que é socialmente atribuído. As reivindicações identitárias de um indivíduo podem ser ou não aceitas pelo grupo que ele pretende representar” (BARTH, 1998, p.149). Contudo, nos estudos das identidades étnicas, a aplicação do conceito se dá sob os efeitos da dominação. Daí, nas “situações de dominação, frequentemente existem desníveis ou desacordos entre as identidades étnicas que os membros de um grupo se auto-atribuem e aquelas que os outros lhes conferem” (BARTH, 1998, p.148).

Entre os povoados Mata Fome, Centro dos Lemes, Centro da Damiana e Bambu Velho tais relações seguiram os critérios estabelecidos por pessoas brancas, fase identificada pela separação de *peessoas brancas* e *peessoas pretas*. Isso ocorreu antes que os povoados Mata Fome e Centro da Damiana conhecessem a divisão da área por cercas. O dono da casa de farinha no Bambu Velho estabeleceu as mais diversas situações, desde o monopólio sob o comércio da amêndoa do coco babaçu, às regras de uso da casa de farinha.

**E2:** *Você roçava o mato dele, plantava o mato dele, plantava lá a roça, colhia, era tudo por sua conta e quando era na hora para fazer a farinha lá no forno dele, ainda tinha que dividir tudo meio a meio. Então eram escravos!*

O avô da entrevistada dois, ao vender o carvão do coco babaçu na rodoviária da cidade, percebeu que o preço da amêndoa era mais valorizado, mas a repressão por parte do dono da casa de farinha, sempre intimidava os produtores locais, uma vez que,

**E2:** *no ano seguinte ele não permitia de fazer a roça no mato, ele não permitia você fazer sua farinha com a sua mandioca que já estava plantada.*

As fazendas de *branco* nos povoados Centro dos Leme e Mata Fome mantinham recolhidos os documentos dos trabalhadores, pessoas pretas, limitando-os a permanecerem nas proximidades das fazendas e submetendo-as ao serviço oferecido. Transcorreram situações, das quais o pagamento de uma diária de trabalho era restrito a uma refeição. No povoado Centro da Damiana, ocorreram desapropriações de residentes que contavam mais de três gerações. Estas, por vezes, sob intimidação, fugiram e encontraram refúgio no povoado Mata Fome. Alguns



fugiram do mesmo assentamento, com marcas da violência física, por exemplo, queimaduras, e se refugiaram no Centro dos Lemes e no Centro da Damiana. Na história de Vivina, vemos como a resistência negra envolvia as mulheres. Ela é fundadora de escolas nos povoados Bambu e Mata Fome e formou professores, a resistência vem desde sua infância e em parceria com a mãe,

**E2:** *A mãe de Vivina é escrava original. É de época bem antiga. Vivina já moçota, fugiu junto com ela. Vivina quando chegou aqui no Bambu virou uma verdadeira guerreira. Ela lutava em combate a escravidão. Onde ela sabia que tinha gente mantendo na escravidão ela ia e tomava. Ela virou foi uma delegada. Ela tinha esse título como uma delegada.*

Verificou-se que outros deslocamentos ocorreram, porque famílias inteiras ficaram sem terra para morar e trabalhar. Isso foi uma das consequências do desconhecimento da legislação para o registro de posse da terra em cartório e da ausência de organismos que acompanhassem essa demanda social, visto ser a propriedade privada, uma herança colônia, pois “é a lei que vai dizer quem tem direito à propriedade” (LOPES, 2015, p.27). Homens brancos concentraram renda com a exploração do trabalho de pessoas pretas e pardas, e acumularam terras, expulsando esses moradores e promovendo o cercamento das áreas para cultivar pasto para o gado.

É relevante pontuar que na abordagem semiótica da cultura a pesquisa poderá empregar abordagens fracionadas, com a intenção de compreender as representações e os símbolos, assim irá “auxiliar-nos a ganhar acesso ao mundo conceptual no qual vivem os nossos sujeitos, de forma a podermos, num sentido um tanto mais amplo, conversar com eles” (GEERTZ, 2008, p.17). No povoado Mata Fome uma outra memória sobre a organização do espaço descreve os credos religiosos. Entre as incursões etnográficas, verificamos três prédios que representam esses símbolos. Os prédios da igreja católica e igreja protestante estão na rua principal, e o Salão de São Raimundo Nonato fica por trás da casa do responsável desta. O salão é consagrado à religião Umbanda e realiza anualmente a festa reunindo mães e pais de santo e demais seguidores.

O lago do povoado Mata Fome com a *fartura de peixe* é representado pelo Festival do Peixe realizado no mês de agosto. São dias de preparação com a construção de barracas: estrutura de talo e cobertura com a palha da palmeira do coco babaçu. O festival reúne pessoas dos povoados vizinhos e dos mais distantes. É uma oportunidade de gerar renda, lazer e reencontro de familiares e amigos. O peixe é comercializado no local de duas maneiras, ainda fresco quando chega nas canoas e, nas barracas, degustado junto com outros pratos locais. Músicas, danças, o banho e a pescaria no lago completam o festival.

A resistência para permanência no território ancestral se estende por fases, que em parte, as relações com os povoados vizinhos, estão representadas nos papéis do *bom senhor branco*, e identificadas nas relações comerciais e do trabalho, assim como, na desapropriação para acumulação de terras. No percurso dos anos o que pode ser verificado é a ampliação dos latifúndios ocasionando mudanças emblemáticas nas relações familiares e comunitárias. Essa fase rememora da ancestralidade a ideia que as *pessoas negras* relacionam as cercas com a falta de terra e de liberdade. Esse é o quadro do impedimento de poder econômico para a população preta e as estratégias que dificultaram essa conquista durante o século XX.



Portanto, a reterritorialização da ancestralidade afro-brasileira no povoado Mata Fome é ofuscada pelas práticas que subalternizam as pessoas negras. Atualmente, na fase dessa pesquisa, ao andar pelo povoado e cruzar pelas cercas dos latifúndios, as cenas destoavam das memórias da *terra livre*. Morar e trabalhar tornaram-se práticas em áreas cedidas por fazendeiros, condição que implicou na recusa, por parte de alguns moradores, para conceder entrevistas, mesmo sendo assegurado o seu anonimato. Aqui, até o cemitério, que é ancestral, teve seu acesso restringido por cercas das fazendas.

No povoado Mata Fome a memória da ancestralidade afrodiaspórica expressa a resistência de afro-brasileiros ao racismo estrutural e representa as demandas de reparações históricas. Aqui a multiterritorialidade é representada por vidas africanas que atravessaram um oceano e se estendem por gerações, que conseguem refletir sobre sua identidade.

Há um anseio no povoado Mata Fome em ter a sua “história de luta negra” pesquisada, dentro do rigor acadêmico, priorizando as suas memórias e a resistência para a reterritorialização afro-brasileira e, com alcance em outros espaços sociais. Divulgamos então, para a comunidade acadêmica e outras instâncias as demandas de pesquisa, com possibilidades de recortes e análises das trajetórias afrodiaspóricas. A nossa pesquisa sobre o povoado Mata Fome permanece acontecendo, porque novas perguntas foram levantadas com os resultados que condensamos para aqui serem divulgados.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA pelo financiamento de parte das pesquisas que embasaram o presente artigo.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, D. D. **O étnico e o nacional em disputa: dinâmica da construção do artigo 68 (ADCT) da Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/3083> Acesso em: 20/07/2022.

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BONFIM, J. **Ipixuna: tempos áureos da Ribeira do Mearim**. São Luís: 360° Gráfica e Editora, 2015.

BRASIL, Constituição Federal do Brasil/88. **Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituinte/index.html> Acesso em: 15/03/2024.

BRASIL, Decreto nº 536, 20 de maio de 1992. **Cria a Reserva Extrativista do Quilombo Frexal**. Brasília, 1992. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-)



1994/d0536.htm#:~:text=DECRETO%20No%20536%2C%20DE,vista%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20do%20art.> Acesso em: 05 mai. 2024.

Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP. **Observatório Terras Quilombolas**. 2017. Disponível em: <https://cpisp.org.br/catuca/> Acesso em: 20 out. 2024.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online]. 2007, v. 12, n. 23. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt> >  
<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007> Acesso em: 07 mar. 2024.

E1 – Entrevista 1: relato [07 de ago. 2023, 28p.] Povoado Mata Fome. Bacabal (MA). Pesquisadora 1. Bacabal, 2023. Gravação em máquina digital. Lajeado: Univates.

E2 – Entrevista 2: relato [06 de ago. 2023, 15p.] Povoado Mata Fome. Bacabal (MA). Pesquisadora 1. Bacabal, 2023. Gravação em máquina digital. Lajeado: Univates.

FILHO, C. M. R. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?** Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público). Universidade de Brasília. Brasília, 2016. DOI.:  
<http://dx.doi.org/10.26512/2016.09.D.23037> Disponível em:  
<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/23037> Acesso em: 21/07/2022.

FILHO, F. L. C.; GOMES, É. R.; NUNES, O. O.; FILHO, J. B. L.; **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: Relatório Diagnóstico do Município de Bacabal** - Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/15345/1/rel-bacabal.pdf> Acesso em: 22/03/2024.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. – 1.ed., 13.reimp, - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em:  
<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf> Acesso em: 18/03/2024.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 21/03/2024.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-DFQ. **Processos abertos por superintendência**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt->



br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizaoquilombola\_07.02.2024.pdf. Acesso em: 1 mar. 2024.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Andamento dos processos – Quadro geral**. 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizaoquilombola\\_07.02.2024.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamentodosprocessosderegularizaoquilombola_07.02.2024.pdf) Acesso em: 1 mar. 2024.

ISOLD, I. A. **Territorialidades negras no território nacional: processos sócio-espaciais e normatização da identidade quilombola**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. São Paulo, 2010.

JÚNIOR, D. P. **Territorialidades e identidades coletivas: Uma etnografia de terra de santa na baixada maranhense**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia – UFBA. 2012. Disponível em <[https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12780/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Davi%20Pereira%20Junior.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12780/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Davi%20Pereira%20Junior.pdf)> Acesso em: 21 out. 2024.

LOPES, D. da C. S. **As territorialidades específicas como categoria de análise na construção do direito de propriedade das Comunidades Quilombolas de Alcântara**. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia). Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.uema.br/jspui/handle/123456789/733>> Acesso em: 21 out. 2024.

MALIGHETTI, R. 2007. **O quilombo de Frechal: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos**. Tradução Sebastião Moreira Duarte. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial. 268pp.

MARANHÃO. **Bacias Hidrográficas: Subsídios para o Planejamento e a Gestão Territorial**. Núcleo Geoambiental - NUGEO/CCA. Universidade Estadual do Maranhão-UFMA. São Luís, 2011. Disponível em: <https://www.nugeo.uema.br/upnugeo/publicacoes/Bacias%20Hidrogr%C3%A1ficas%20e%20Climatologia%20-%20MA> Acesso em: 20/10/2022.

MARQUES, C. A. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. vol. 2. Typ. do Frias. Maranhão. 1870. pp. 380-381.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

MENDES, N. V. B.; LIMA, D. C.; CORRÊA, M. C. M.; NATALE, W. **Emergência e desenvolvimento inicial da bacabeira em diferentes substratos e ambientes**. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS), v.8, n.2, p.90-99, junho, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rbas/article/view/3035/pdf> Acesso em: 15/03/2024.



MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção.** Janus, Lorena, ano 1, n. 1, 2º sem. 2004.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora ática S.A, 1988. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/05/Sociologia-do-Negro-Brasileiro-Clovis-Moura.pdf> Acesso em: 15/03/2024.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, K. **Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

MUNANGA, K. **Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades.** Revista de Antropologia. 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111217> Acesso em: 20/03/2024.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento.** TOMO. São Cristóvão - SE, nº 11, jul./dez. 2007.

PROJETO VIDA DE NEGRO – PVN. **Vida de Negro no Maranhão: Uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas.** Coleção Negro Cosme – Vol. IV. São Luís - MA, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH. Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN/MA. 2005. 250p.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-2012.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letras e Voz, 2016.

PORTO, L. L. da M. A.; MOTTA, E. J. de O.; SOUZA, C. C.; Orgs. **Plano nascente Mearim: plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia hidrográfica do Rio Mearim** – Brasília: Codevasf, 2019. Disponível em: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Codevasf Acesso em: 03 mar 2022.

SANTOS, J. A. **Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida.** In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-13.pdf> Acesso em: 19/03/2024.

## HISTÓRICO

*Submetido: 30 de março de 2024*

*Aprovado: 16 de outubro de 2024*

*Publicado: 31 de janeiro de 2025*



#### **DADOS DOS AUTORES**

##### **Jucilane de Sousa Carlos**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento pela Univates/RS. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. Mestrado em História e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA Campus Bacabal. Endereço para correspondência: Av. DOIS, número 56A, bairro COHAB 1, Bacabal, Maranhão, Brasil, CEP: 65700-000.

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0365-4611>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1519953996759424>

**E-mail:** [jucilane.carlos@ifma.edu.br](mailto:jucilane.carlos@ifma.edu.br)

##### **Luís Fernando da Silva Laroque**

Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de História da Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado/RS. Endereço para correspondência: Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Avenida Avelino Talini, bairro Universitário, Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil. CEP: 95914-014.

**ORCID:** <http://orcid.org/0000-0003-1861-4679>

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6550642682865922>

**E-mail:** [lflaroque@univates.br](mailto:lflaroque@univates.br)

#### **COMO CITAR O ARTIGO - ABNT**

CARLOS, J. S; LAROQUE, L. F. S. As trajetórias afrodiaspóricas na reterritorialização afro-brasileira e suas memórias de resistência negra no século XX. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12785, 2024.